



Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

## À COMISSÃO DE DESBUROCRATIZAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Processo nº 1582/2021

Projeto de Lei nº 27/2021

Autoria: Vereador Denninho Silva

### PARECER TÉCNICO

**“Cria o Selo de Responsabilidade Social ‘Parceiros das Mulheres’, certificando empresas que priorizam a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica”.**

#### 1. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Vereador Denninho Silva. O referido Projeto de Lei 027/2021, tem por objetivo de instituir o Selo de Responsabilidade Social ‘Parceiros das Mulheres’, certificando empresas que priorizam a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica.

Verifica-se que o pedido/ intenção que se pretende é de iniciativa Privativa do chefe do poder Executivo, conforme previsão constante no art. 61, CF/88 e art. 80, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Vitória.

E mais, cabe reconhecer que a solicitação em análise do Projeto de Lei apresentado, além de ferir a Constituição Federal, também fere a Lei Orgânica do Município, verificando-se a existência de vício de iniciativa.



Entretanto, conforme entendimento recomendado pelo Senhor Relator e aprovado pelos Membros da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, para a efetividade da lei, o projeto fora emendado para atribuir ao Poder Executivo o poder/dever de regulamentar a execução dos instrumentos ali previstos, haja vista que, não há qualquer identificação prevista no art. 4º da respectiva proposição, quanto ao “órgão competente para desenvolver os procedimentos para a concessão e monitoramento do selo”, tampouco foram delineados os termos que devem nortear os convênios .

Assim, tal emenda se fez necessário para que tal proposição possa seguir normalmente sem ultrapassar os limites da competência do parlamento municipal. Sendo assim manifestamos-nos pela constitucionalidade e legalidade da proposição, desde que se mantenha a emenda recomendada e aprovada.

## **2. CONCLUSÃO**

Ante todo o exposto, com a Emenda recomendada e aprovada, incluída nos termos do Projeto apresentado, opinamos pela Constitucionalidade e Legalidade da Proposição proposta, mantendo-se a Emenda recomendada e aprovada na CCJ, por ocasião do Parecer Técnico daquele Relator, a fim de sanar o vício de iniciativa legislativa verificado.

Atenciosamente,

Vitória-ES, 08 de JULHO, 2021.

**Maurício Leite**  
**Vereador – Cidadania**

